



Revista de Processo - RePro

São Paulo, n. 260, out. 2016

Doutrina

Artigos

- ◆ O princípio da primazia da decisão de mérito e o interesse recursal do réu
Said Ramos Neto
- ◆ O ministério público nas ações de família
Antonio Cezar Lima da Fonseca
- ◆ Interpretação normativa: o caso da “revisão” final do texto do novo Código de Processo Civil
Ricardo Collucci
- ◆ O STF como corte interpretativa: criação do direito no plano constitucional e no plano legal
Jair Marocco
- ◆ A forma de julgamento dos tribunais superiores brasileiros e a doutrina dos precedentes obrigatórios: um estudo de idênticos casos concretos
Jorge André de Carvalho Mendonça, Lúcio Grassi de Gouveia
- ◆ Aspectos relevantes dos negócios jurídicos processuais previstos no art. 190 do CPC/2015
Nida Saleh Hatoum, Luiz Fernando Bellinetti
- ◆ Controle de constitucionalidade pelo Superior Tribunal de Justiça: uma medida contra legem?
Georges Abboud, Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa, Juliana Mieke Rodrigues Oka
- ◆ O modelo constitucional de processo e suas benesses: a reconstrução da Teoria dos precedentes no direito brasileiro vs. a compressão equivocada do seu uso no Brasil
Samuel Paiva Cota, Alexandre Gustavo Melo Franco de Moraes Bahia
- ◆ Segurança jurídica e isonomia como vetores argumentativos para a aplicação dos precedentes judiciais
Eduardo Cambi, Vinícius Gonçalves Almeida
- ◆ A realização de audiência de mediação/conciliação initio litis no novo Código de Processo Civil
Hannah Gevartosky

- ◆ Produção antecipada de prova no Código de Processo Civil de 2015
Eduardo Talamini
- ◆ Estabilização da tutela antecipada no novo Código de Processo Civil
Eduardo de Avelar Lamy, Fernando Vieira Luiz
- ◆ A apelação no CPC/2015
Pedro Gomes de Queiroz
- ◆ Arbitragem, conciliação e mediação no novo Código de Processo Civil de 2015 à luz da filosofia contemporânea
Roberto Antônio Darós Malaquias
- ◆ Sobre o Incidente de assunção de competência
Luiz Guilherme Marinoni
- ◆ Decisão parcial de mérito
Rinaldo Mouzalas, João Otávio Terceiro Neto B. de Albuquerque
- ◆ A tutela provisória do novo Código de Processo Civil e sua aplicação na ação de improbidade administrativa
Luiz Manoel Gomes Jr., Thiago Buchi Batista
- ◆ Coisa julgada sobre fato? Análise comparativa com o collateral estoppel de sua possibilidade de lege lata ou de lege ferenda
Lucas Buril de Macêdo